

Vadim da Costa Arsky

(**)

I- A ALALC

a) O Tratado de Montevidéu

O Tratado de Montevidéu - acôrdô diplomático internacional, de cunho político-econômico - foi assinado em 18-2-60, pelos seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

Em 30 de setembro de 1961, a Colombia aderiu ao Tratado e em 3 de novembro do mesmo ano o Equador também entrava para a ALALC.

No Brasil êsse Tratado entrou em vigor no dia 2 de maio de 1961.

Cientes das dificuldades para o estabelecimento imediato de um Mercado Comum seguindo estudos da CEPAL, os signatários dêsse instrumento optaram pela adoção de um sistema gradual que, incentivando as correntes de comércio já existentes entre os países, propiciasse o clima favorável à implantação final do Mercado Comum Latino-Americano.

Dentro dêsse pensamento, o Tratado de Montevidéu instituiu a Associação Latino-Americana de Livre Comércio, comumente designada pela sigla ALALC, como primeiro passo para a integração econômica dos países latino-americanos.

(*) Trabalho apresentado no I Simpósio de Metais Não-Ferrosos, realizado em São José dos Campos, entre 4 e 8 de dezembro de 1967, organizado pelo CTA, CEBRACO e ABM.

(**) Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais
Secretário Executivo da ABC-Associação Brasileira do Cobre.

O Tratado estabeleceu assim, sôbre o Território dos Países signatários denominados também Partes Contratantes, uma Zona de Livre Comércio, na qual deveriam ser gradualmente eliminadas as barreiras alfandegárias.

O mecanismo adotado foi o de negociações periódicas, onde os países trocariam concessões de importação sôbre os produtos de seu interêsse.

As concessões outorgadas compõem duas listas: uma, por assim dizer individual e experimental; chamada: Lista Nacional e outra, coletiva e definitiva, chamada: Lista Comum.

O País que concedeu uma liberdade para importação de um determinado produto inclui esta concessão na sua Lista Nacional, que pode ser alterada, caso venha a ter com ela prejuízos de ordem interna ou sofra as consequências de alguma prática desleal de comércio.

A Lista Nacional é negociada normalmente de ano em ano.

A Lista Comum, negociada de 3 em 3 anos, é definitiva e como o nome está dizendo, comum a todos os países. É uma síntese do resultado do intercâmbio comercial havido na Zona nos 3 anos que antecederam a sua formação.

Os produtos, uma vez nela incluídos, não podem mais dela ser retirados.

Simplificando, o mecanismo é êsse:- cada país coloca em sua Lista concessões para importação de determinados produtos da Zona; ao fim de 3 anos, aquêles produtos que apresentam maior fluxo de comércio deverão integrar a Lista Comum.

Ao final de 12 anos, previsto para 1973, deverá restar apenas uma Lista Comum, onde deverá figurar, absolutamente livre de qualquer restrição, o essencial no intercâmbio comercial entre os países da Zona.

b) O seu desenvolvimento

Como é natural, os primeiros anos de existência da AALC foram de pleno desenvolvimento. As negociações entre os países foram bastante ativas e a primeira Lista Comum foi formada com relativa facilidade, isso por que eram manipulados aquêles produtos que já se cons-

tituíam em correntes tradicionais de comércio entre os países.

No entanto, exauridos aquêles produtos tradicionalmente comercializados, principiaram a estagnar-se as negociações em tórno de produtos críticos, isto é, produtos de base, que pelas diferenciações econômicas dos vários países apresentavam um enorme desnível de condições de produção, o que os tornava sumamente interessantes para o país exportador e altamente prejudiciais para o importador.

Ante êsse impasse surgido dentro da técnica estabelecida para o Tratado de Montevidéu, principiaram a aparecer estudos de caráter político, procurando superar êsse problema.

Fórmulas visando dinamizar a sistemática do Tratado foram surgindo dentro mesmo do próprio corpo da ALALC, Projetos de Desgravação Automática; Acôrdos de Complementação; Projetos Multinacionais, etc.

Ante a ineficiência dêsses meios, dentro do esquema técnico de compensações estritamente econômicas previsto pelo Tratado, foram adotadas medidas de caráter político para impulsionar a ALALC. Um foi a criação do Conselho de Ministros, como Órgão decisório e diretor da ALALC.

A par disso, realizou-se uma reunião de presidentes dos países americanos, em Punta Del Este, que apoiou firmemente, não só o envide de esforços para a dinamização da ALALC, bem como a adoção a curto prazo do Mercado Comum Latino Americano.

Como reflexo dêsse pensamento continental, expresso no encontro de presidentes, a Venezuela aderiu ao Tratado de Montevidéu em 31 de agosto de 1966 e a Bolívia o fez a 8 de fevereiro de 1967, elevando assim para 11 (onze) o número de países integrantes da ALALC.

Considerando afinal a estrutura moderna do comércio internacional, que se realiza em blocos como o MEC, COMECOM, Mercado Africano, etc., o interêsse político demonstrado pelos países latino-americanos de se unirem também em um bloco econômico, como eficiente e rápida medida para sair do subdesenvolvimento e considerando, finalmente, o trabalho diuturno desenvolvido por entidades como a CEPAL - Comissão Econômica para América Latina, CIES - Comissão Internacional Estudos Social, CECLA - Comissão Européia de Comércio para América Latina, CICYP - Conselho Interamericano de Comércio e Produção, INTAL - Instituto para a Integração da América Latina, e tantas outras, podemos con

cluir que, apesar dos percalços naturais, caminhamos para a constituição de um mercado sem barreira na América Latina.

Talvez sua concretização demore mais do que o previsto, mas devemos ter em mente a sua quase inevitabilidade, levando sempre em conta, nos nossos projetos de produção, quaisquer que sejam êles, a existência dêsse movimento de integração econômica que nos atinge diretamente.

Pedimos neste trabalho tenham sempre em consideração êsse fator que se correlaciona com os demais itens a serem expostos, influenciando em sua conclusão.

II - O COBRE

a) O Minério - o Lingote e o Semi-manufaturado - Sua distribuição geográfica e político-econômica no mundo atual

Não pretendemos aqui abordar a evolução histórica dêsse metal, nem as suas aplicações nas diferentes atividades humanas.

Cingimo-nos tão sòmente a breve análise do minério, do lingote e do semi-manufaturado no momento atual, ressaltando o que nos parece mais importante para êsse trabalho, isto é, a relação entre a mudança de estado dessas três fases do cobre e a sua localização geoeconômica.

Como tivemos oportunidade de demonstrar, num modesto trabalho entregue como colaboração ao Grupo de Coordenação de Metais não Ferrosos do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada - EPEA do Ministério Extraordinário do Planejamento, como subsídio para a elaboração do Plano Decenal Brasileiro, as várias fases cobre como minério, lingote e semi-elaborado, distribuem-se pelo mundo, de acôrdo com os seguintes fatores:

1. formação geológica.
2. potencialidade industrial.
3. mercado consumidor.

A fase extrativa tem sua localização condicionada à determinação natural da formação geológica das jazidas. As demais fases são condicionadas, além da natureza do minério, por fatores humanos e

econômicos, o que vem explicar o fato de que, muitas vezes, a obtenção do cobre, iniciada com a extração em um continente, vai chegar a sua forma final de comercialização em outro continente, o qual é, via de regra, o centro consumidor e possuidor de estágio industrial mais elevado.

A atuação desses fatores explicam cabalmente o fato de, por exemplo, nas estatísticas referentes ao ano de 1966- Zâmbia ter aparecido com uma produção mineira de 623.400 toneladas métricas, sem entretanto acusar qualquer consumo; e o Reino Unido não ter apresentado qualquer produção mineira de cobre, mas acusando um consumo de... 592.500 toneladas métricas.

Dentro da ALALC vamos analisar a influência desses três fatores relacionados com o cobre em cinco países: Argentina, Brasil, México, Peru e Chile.

A Argentina e o Brasil, dada à existência de um mercado consumidor, possui uma desenvolvida indústria de transformação de cobre, isto é, da produção de semi-elaborados desse metal.

Por não se conhecerem reservas exploráveis de cobre nos seus territórios, em escala a suprir as suas necessidades, são obrigados a importar os lingotes de que necessitam.

O México, também possuidor de um mercado consumidor interno, conta entretanto com jazidas conhecidas e exploráveis, o que o coloca numa posição não de importador, mas como exportador de lingotes que lhe sobram como excesso de seu consumo interno.

O Perú, por sua vez, possuindo reservas reconhecidamente exploráveis de cobre, não teve entretanto, até o momento, a potencialidade industrial necessária para aproveitá-las na sua integridade, nem dispõe de mercado interno que incentive sua produção, colocando-se como exportador médio de concentrados e de lingotes.

O Chile, também na mesma posição do Peru com relação ao mercado interno, conta, entretanto, com uma avançadíssima tecnologia extrativa respaldada por capitais estrangeiros, o que o coloca na posição de maior exportador de concentrados e lingotes de cobre.

b) Comercialização do cobre, seus custos de produção e o mecanismo de seus preços.

Como todos sabem, das três fases aqui apontadas, a que é objeto do mais intenso comércio internacional é a do cobre refinado: o lingote em tôdas as suas formas de wire-bars, billets, cakes, ingots, etc..

Gostaríamos aqui de ressaltar uma distinção que nos parece essencial para a boa compreensão do nosso trabalho:

- a profunda desconexão que existe entre os custos do cobre refinado e seus preços de venda.

Os custos são o resultado inevitável da soma dos fatores de produção e variam de país para país e de mina para mina, de acordo com as condições econômicas de mão de obra, insumos, trabalhos de infra-estrutura etc., em que se realiza a produção.

Outro fator importante no custo da produção de cobre é o seu teor de minério - tipo de extração, tratamento, quantidade e qualidade de outros minérios a êle associados "in natura".

Todos esses fatores de produção entretanto são previsíveis, estimáveis e imutáveis.

Os preços de venda, contudo, são altamente instáveis e sofrem a mais variada gama de pressões que alteram e distorcem muitas vezes os efeitos da livre oferta e procura.

A oferta sofre, continuamente, duas restrições principais:

- 1) das empresas produtoras que procuram manter um preço ideal para o cobre, em nível que remunere adequadamente os trabalhos de extração e, ao mesmo tempo, não ceda terreno aos substitutos do cobre, tais como: alumínio, plásticos, etc.. (últimamente essa ação dos produtores tem sido mais e mais dificultada por outra, dos governos dos países detentores das jazidas que, muitas vezes, tem outros interesses como, maior entrada de divisas para o equilíbrio do balanço de pagamentos etc.) .
- 2) dos frequentes e inesperados cortes de suprimento das minas ao mercado consumidor.

De fato, tanto a ação dos produtores, retendo estoques ou lançando-os no mercado, como o esvaziamento de um "pipe line" de cobre com seu brusco retôrno à atividade, geram danosas consequências no livre jôgo da oferta.

A demanda, por sua vez, também sofre a influência de 2 importante fatores: a ação dos especuladores e a superviniência de guerras.

Na verdade, como metal escasso, o cobre presta-se muito às atividades dos comerciantes que especulam nas bolsas de metais evidentemente em busca de lucros.

Por outro lado, dada a sua importância estratégica como materia prima bélica, é fâcilmente explicável o crescimento da demanda por ocasião da eclosão de conflitos armados, ou mesmo pelo aumento da tensão bélica no Mundo.

Êsses fatores, agindo concomitantemente, fazem com que os níveis de preço da comercialização do cobre se distanciem frequentemente dos seus níveis de custo de produção.

Assim é que temos atualmente um preço de venda do cobre em tôrno de US\$ 0,60 por libra pêso, enquanto que seu custo de produção permanece em tôrno de US\$ 0,24 por libra pêso.

Em abril de 1966 o cobre chegou a ser comercializado até pelo incrível preço de US\$ 0,85 por libra pêso, enquanto os custos de produção permaneciam inalterados por volta de US\$ 0,24 por libra pêso.

É nossa intenção, ao trazer êstes dados, demonstrar, - não só a absoluta falta de relação existente entre o preço de custo e o preço de venda do cobre refinado, como também ressaltar o imenso perigo que se pode correr, se, ao planejarmos uma produção dêsse metal, levarmos em conta tão sòmente os preços do mercado vigentes naépoca.

III - A INDÚSTRIA BRASILEIRA DE TRANSFORMAÇÃO

a) Sua dimensão

A indústria de transformação do cobre e de suas ligas no Brasil é das mais desenvolvidas, equipada em moldes modernos e com um elevado índice de produtividade.

Permitimo-nos reproduzir nêste trabalho um tópic constante do memorial apresentado pela Associação Brasileira do Cobre, por ocasião da realização da III Conferência da ALALC, em novembro de 1963.

"Esse setor de TRANSFORMAÇÃO E RECUPERAÇÃO do cobre e suas ligas demandaria um capital de reposição, em termos de valores atuais, de cerca de 115 bilhões de cruzeiros: possui uma capacidade instalada de 96.400 kw, empregando diretamente 12.400 pessoas, em sua maioria especializados na metalurgia de não ferrosos; tem um potencial de faturamento de 238 bilhões de cruzeiros e está com obras de expansão em andamento no vulto de cerca de 20 bilhões de cruzeiros, para uma capacidade produtiva anual de até 237.000 toneladas, cobrindo todo o complexo campo dos produtos da transformação, desde já com capacidade ociosa de 57% e, ao término das obras de expansão, com 60% de capacidade ociosa total, para fazer face ao crescimento vegetativo e a incoercível expansão industrial do país.

Esse setor supre o mercado de aplicação direta de elaborados e o grupo FABRICAÇÃO retro-descrito, que se compõe de cerca de 5.000 indústrias que empregam sistematicamente semi-elaborados e elaborados de cobre e suas ligas como matéria prima, e cerca de 3.000 outras, que o utilizam esporadicamente, cuja importância se evidencia pelo simples exame dos índices de apenas 30 de suas principais empresas, que contam com 33,000 kw instalados, com capital de reposição de 45 bilhões de cruzeiros, empregando diretamente 19.200 pessoas altamente especializadas e com potencial atual de faturamento de cerca de 130 bilhões de cruzeiros.

Esse complexo industrial, partindo da mineração, inclui do essas 30 empresas dentre as 8.000 fabricantes, não inventariadas, dá emprego a 32.318 famílias, com mais de 150.000 dependentes".

Um levantamento atualizado elaborado pelo Sindicato da Indústria de Condutores Elétricos e Trefilação do Estado de São Paulo, abrangendo tão somente o setor de Condutores Elétricos, revelou os seguintes dados:

1.	- total de pessoal empregado (soma 1.1+1.2)	12.539
1.1	- na produção (soma 1.1+1.12)	8.777
1.11	- qualificados	2.018
1.12	- não qualificados	6.222
1.2	- em outros setores (adm.vendas, etc.)	2.676
2.	- horas trabalhadas na produção (incl.hs.extras)	2.264.433
3.	- fls. de pgto. total (excl.13º sal.)(em NCr\$)	2.631.803,46
4.	- consumo de energia elétrica (em kwh)	7.800.615
5.	- valor faturamento total (em NCr\$) mensal	28.705.222,84

NOTA:- Os dados acima referem-se ao mês de maio de 1967.

10.	- volume de produção anual (capacidade em t.)	32.023t
11.	- volume de faturamento anual NCr\$	261.909.298,50
12.	- volume dos impostos recolhidos anual NCr\$	32.998.248,72
13.	- capital de reposição NCr\$	90.741.069,00
14.	- área total construída	393.991, m ²

NOTA:- Os dados acima referem-se ao ano de 1966.

b) Seus problemas de matéria prima, face ao mercado internacional

Dadas as dificuldades em se obter até agora uma suficiente produção nacional, a indústria brasileira de transformação do cobre e suas ligas continua dependendo essencialmente das importações de cobre em bruto para o seu abastecimento.

Essas importações, nos últimos cinco anos, sofreram, mutações consideráveis. Até 1961, época da criação da ALALC, nossas importações eram originárias essencialmente da África, Europa e América do Norte, ressaltando os Estados Unidos como um dos maiores fornecedores.

Após o advento da ALALC, com as concessões outorgadas pelo Brasil para o cobre, feitas na mesma época em que o governo brasileiro tomava aquelas medidas de ordem interna de restrições das importações, tais como: a criação do Depósito Prévio e do Empréstimo Compulsório, a possibilidade de importar o cobre isento de tais encargos e, ainda, da alíquota de 10% "ad-valorem" de direito de importação, fez com que as nossas compras desse metal, se desviassem totalmente para a ALALC.

Na Zona, o Chile ressaltou-se desde logo, como o maior fornecedor, dadas as suas disponibilidades do metal. No entanto, desde logo, tratou de cobrar um "over price" sobre o preço da época, valendo-se da margem que lhe era assegurada.

(Devemos abrir um parêntese para informar que essa prática já é quase uma tradição dentro da ALALC, estando o Brasil, no momento, sofrendo o mesmo problema com o zinco).

Procurando solucionar êsse impasse do "over price" imposto sobre o cobre, na ALALC concertou-se, na Reunião do México, a adoção do preço internacional para a comercialização do cobre na Zona, assim entendido aquêlo pelo qual é transacionada a maior parte do cobre do mundo.

Entenderam os chilenos que êsse preço internacional seria o da Bolsa de Londres e por ela passaram a praticar seus preços de venda.

No entanto, na época, talvez nem 5% da produção mundial fôsse negociada a êsse preço. A quase totalidade do cobre era transacionada diretamente entre produtor e consumidor, através de contratos a preço fixo e de duração nunca inferior a 1 ano.

Tais contratos tinham, em essência, duas características principais:

- 1.- o preço fixo de venda que se tornou conhecido por "producer's price";
- 2.- a obrigatoriedade bilateral de fornecimento e de consumo entre níveis máximos e mínimos, isto é, uma quota mínima que o consumidor se obrigava a adquirir e uma quota máxima que o produtor se obrigava a entregar, caso solicitado.

Com eclosão da guerra do Vietnã, que coincidiu com uma série de greves nas minas do Chile e da África, ocorreram, ao mesmo tempo, aquêles fatores de distorção da oferta e da demanda, retromencionadas:

- a) a crise bélica provocou um aumento da demanda;
- b) os consumidores passaram a exigir a quota máxima prevista em seus contratos, esgotando as reservas dos produtores;
- c) as greves diminuíram o ritmo da produção, ocasionando o esvaziamento dos "pipe lines", e, finalmente, os especuladores se encarregaram do resto, iniciando o cobre uma ascensão de preço jamais verificada, chegando a atingir a casa das 700 libras por tonelada nas cotações da Bolsa de Londres, em abril de 1966.

O Brasil, que comprava segundo êsses níveis, dispndia cada vez mais divisas para cada vez menos cobre.

Enquanto isso, o Chile praticava preços muito inferiores nas suas vendas a outros países de fora da ALALC, abastecendo, por

exemplo, os Estados Unidos, a US\$ 0,36 a libra pêsô, que era o nível do "producer's price" = 288 libras.

Invocando o art. 18 do Tratado de Montevideu, que prevê a extensão aos países da Zona, dos favores, vantagens e franquias concedidos a terceiros países, a Delegação brasileira junto à ALALC apresentou, durante o IV Período de Negociações da ALALC, uma Nota de Protesto.

O Chile entretanto, empenhado na política de conseguir mercado para seus elaborados de cobre, a fim de, com êsse mercado, poder atrair capitais e técnicas estrangeiras e assim exportar maior quantidade de mão de obra chilena sobre o seu cobre, como medida vital para sair do subdesenvolvimento, não atendeu à Nota de Protesto Brasileira, tendo o nosso governo, por resoluções da SUMOC - CÂMBIO e CPA, entendido tôdas as concessões e favores concedidos à ALALC, para o cobre de qualquer origem ou procedência.

As dificuldades para o reatamento das antigas relações de comércio com os fornecedores tradicionais foram grandes, eis que havíamos abandonado abruptamente aquelas fontes de suprimento numa época de grande oferta e voltávamos a procurá-las por ocasião de uma intensa procura.

Felizmente, graças à firme decisão do nosso governo de manter abertas tôdas as portas para importação do cobre, pode a indústria de transformação do cobre retornar a uma posição de relativo equilíbrio.

CONCLUSÃO

Por tudo quanto exposto, acreditamos ter ficado clara a urgente necessidade do desenvolvimento da produção do cobre no Brasil; por motivos de segurança nacional, por motivos de igualdade de condições dentro de um Mercado Comum Latino-Americano e, finalmente, por motivos de equilíbrio de preços da matéria prima supridora das indústrias de transformação.

Dentro desse panorama, não podemos perder de vista os projetos que se desenvolvem principalmente no Chile, pelas várias empresas lá estabelecidas: Anaconda, Kennecott e outras, bem como do programa governamental daquele país, de apoio à ENAMI. Tais projetos são executados após acurados estudos de viabilidade e procurando obter sem

pre os mais altos índices de produtividade. Daí a razão dos baixos custos.

Assim sendo, e considerando, de um lado inexorabilidade da superveniência de um Mercado Latino-Americano sem barreiras alfandegárias, e, de outro, a importância estratégica da existência não só de reservas como também de autonomia de suprimento de um metal básico como o cobre, para garantia do exercício da soberania do país, devemos concluir que devem ser envidados urgentes esforços, no sentido de se levantarem, de uma vez por todas, as reais possibilidades das nossas ocorrências ou jazidas desse minério, a fim de que possamos, definitivamente, conhecer da viabilidade de sua exploração e, uma vez conhecidas e dimensionadas, explorá-las convenientemente dentro dos requisitos da técnica moderna, para que possamos contar com nosso cobre a preços internacionalmente competitivos e desse modo assegurarmos:

1. a autonomia do sistema bélico de defesa do país;
2. a igualdade das condições de concorrência com os nossos competidores Zonais;
3. a possibilidade da presença de nossas manufaturas de cobre no mercado internacional.

Finalizando, deixo o meu testemunho de que as indústrias de transformação do cobre e de suas ligas no Brasil têm efetuado inúmeras gestões no sentido de colocar suas parcelas dedutíveis de imposto de renda para aplicação na SUDENE, em Projetos de pesquisa e prospecção de cobre. Segundo indicações do DNPM do Ministério das Minas e Energia, a zona norte da Bahia seria a mais promissora para a ocorrência do cobre, dentro pois da área da SUDENE.

Infelizmente, a legislação da SUDENE prevê a aplicação em projetos de extração, mas é completamente omissa com relação à pesquisa.

Solicitadas várias vezes, nossas autoridades ainda não se resolveram favoravelmente à pretensão dos industriais do cobre. No entanto, como pretendemos tenha aqui ficado evidenciado, não estamos mais em época de aventurarmo-nos a uma extração sem planejamento, baseada apenas em amostras de maior teor de minério.

E, também, infelizmente, a verdade é que não dispõem as indústrias, nos tempos que correm, do capital necessário para uma ação dessa envergadura e de tamanho risco.

Assim, aproveito para deixar o meu apêlo a que, o quanto antes, pronunciem-se favoravelmente nossas autoridades, com todo o apoio que puderem dar à pesquisa, para que o Brasil possa, nêsse campo também, caminhar com passos firmes a estrada do desenvolvimento.

Dezembro, 1967

Associação Brasileira do Cobre

IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE COBRE

REALIZADAS NO PERÍODO DE JANEIRO DE 1962 A DEZEMBRO DE 1966 - ITEM 74.01.002 DA TAB 74.01.3 DA NABALALC E 76.303 DA NBM

Abrange o cobre refinado e não refinado excetuando-se o mate

FONTE: Serviço de Estatística e Financeira do Ministério da Fazenda

PAÍSES	1 9 6 2		1 9 6 3		1 9 6 4		1 9 6 5		1 9 6 6	
	kg	US\$ CIF	kg	US\$ CIF	kg	US\$ CIF	kg	US\$ CIF	kg	US\$ CIF
Alemanha Oc.	4.278.337	2.927.737	827.811	569.501	75.000	56.517	534.944	607.950	3.431.386	5.322.132
Argentina	226.666	156.482	495.542	303.054	-	-	-	-	-	-
África	-	-	-	-	-	-	-	-	24.987	40.379
Bélgica Lux.	392.826	270.205	14.915	10.468	-	-	1.658.214	1.561.480	105.482	126.161
Canadá	373.030	250.723	251.846	168.195	-	-	-	-	24.494	27.115
Chile	13.979.476	9.768.111	32.084.241	21.804.949	22.357.183	16.706.961	14.406.727	18.129.962	5.589.918	8.413.223
Congo Belga	877.133	604.435	-	-	-	-	-	-	-	-
EEUU	5.306.666	3.622.270	1.177.577	799.718	279.455	201.213	2.496.729	3.072.010	30.279.070	48.342.126
Finlândia	-	-	-	-	-	-	-	-	9.936	12.380
França	7.588	6.238	-	-	-	-	-	-	-	-
Grã-Bretanha	-	-	76.329	64.074	22.911	20.078	199.820	271.411	199.632	289.326
Itália	-	-	-	-	-	-	-	-	221.562	293.636
Israel	30.021	21.615	-	-	-	-	-	-	-	-
México	2.462.203	1.850.532	4.120.797	2.944.792	984.062	700.174	688.260	814.544	-	-
Peru	8.154.188	5.729.737	9.067.598	6.289.816	3.880.887	2.925.901	1.741.195	2.152.205	-	-
Reino Unido	854.784	598.988	-	-	2.955	2.966	-	-	-	-
Suécia	-	-	-	-	2.738	1.969	-	-	-	-
Zâmbia	5.069.157	3.325.618	-	-	-	-	609.159	605.233	558.594	738.764
Zanzibar	-	-	-	-	-	-	-	-	2.218.548	2.427.890
T O T A L	42.012.075	29.132.691	48.116.656	32.954.561	27.605.191	20.615.779	22.335.048	27.214.795	42.663.609	66.033.132

Preço médio
anual aproxima-
do de uma t
em dólares CIF

693

685

746

1,218

1,547

Elaborado pela Associação Brasileira do Cobre